

MP prevê redução de até 5% na conta de luz

Assinada ontem, medida provisória é defendida pelo alto escalão do Governo Federal, mas pode fazer consumidor pagar mais no futuro

DO ESTADÃO CONTEÚDO,
DA AGÊNCIA BRASIL E DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem uma medida provisória (MP) que pode resultar em redução de até 5% das contas de energia elétrica. Isso será possível, segundo a MP, a partir da antecipação do pagamento de R\$ 11 bilhões que influenciam os valores pagos pelos usuários.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a MP corrige um "erro grotesco" da gestão anterior e condensa duas propostas discutidas pelo Governo Federal nos últimos meses. O pagamento dos empréstimos será feito a partir do uso de recursos devidos pela Eletrobras por conta da privatização da companhia. O outro ponto da MP versa sobre a concessão de mais prazo para novos projetos de geração renovável já outorgados garantirem descontos nas tarifas de transmissão e distribuição.

Na justificativa para a apresentação da MP, a pasta destaca que o principal motivo é a necessidade de

"sanar o aumento tarifário exorbitante" para o Amapá, inicialmente estimado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 44,41%, mas atualizado para cerca de 33% na mais recente análise da agência, realizada em março.

Silveira defendeu que o impacto para a redução da conta de energia - que deve ficar entre 3,5% e 5% - é algo necessário, mas destacou que isso precisará ser acompanhado de segurança. "A redução precisa ser feita com segurança jurídica, estabilidade regulatória e fortalecimento da governança do setor. A redução é justa e vai estimular o crescimento nacional".

Para a antecipação dos pagamentos de empréstimos, a MP prevê obter autorização para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) negocie a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) devidos pela Eletrobras.

A proposta ainda prevê R\$ 165 bilhões em geração hidroelétrica, eólica, solar e



Além da redução na conta de luz, MP editada pelo Governo Federal estimula geração de energia verde

de biomassa. Segundo o governo, isso pode gerar até 400 mil empregos com os investimentos privados. Para que isso seja viabilizado, a MP permite adequação de

prazos de projetos de geração de energia limpa e renovável ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pela União para escoamento pa-

ra o centro de carga.

"O Brasil já tem as condições mais competitivas de produção de energia limpa do mundo. Agora, temos que aproveitar todo o inves-

timento feito para caminhar no sentido da desoneração da energia do consumidor. Ao dizer isso, nós queremos só reforçar que o nosso desejo é que esses investimentos possam rapidamente contribuir para a geração de empregos", resumiu o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Contudo, especialistas em economia e no setor elétrico ponderam que uma eventual redução agora poderá fazer o consumidor lidar com tarifas mais altas no futuro.

A TV Globo, o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana disse que a MP anunciada ontem tem semelhanças com uma medida tomada na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013.

"É a ideia de uma redução de tarifa, mas que lá na frente vai ter um aumento. E com uma desvantagem agora: lá atrás, era mais difícil saber que ia provocar um aumento. Agora, não".